

Resenha do artigo intitulado “Limites e possibilidades para a implantação do imposto sobre grandes fortunas no Brasil”¹

Review of the article titled "Limits and possibilities for the implementation of the wealth tax in Brazil"

Daniel Neves Omena²

<https://orcid.org/0009-0001-2785-7472>

<http://lattes.cnpq.br/8595407719450505>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: daniel.omena19.97@gmail.com

Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Limites e possibilidades para a implantação do imposto sobre grandes fortunas no Brasil”. Este artigo é de autoria de Danilo da Costa; Jonas Rodrigo Gonçalves; e Nayara Rodrigues Lima. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Interfaces Científicas”, no Vol. 9, edição n. 1, 2022.

Palavras-chave: Imposto. Contabilidade. Fortunas. Brasil.

Abstract

This is a review of the article entitled "Limits and possibilities for the implementation of the wealth tax in Brazil." This article is authored by Danilo da Costa, Jonas Rodrigo Gonçalves, and Nayara Rodrigues Lima. The reviewed article was published in the journal "Interfaces Científicas," in Vol. 9, issue no. 1, 2022.

Keywords: Tax. Accounting. Fortune. Brazil.

Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Limites e possibilidades para a implantação do imposto sobre grandes fortunas no Brasil”. Este artigo é de autoria de Danilo da Costa; Jonas Rodrigo Gonçalves; e Nayara Rodrigues Lima. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Interfaces Científicas”, no Vol. 9, edição n. 1, 2022.

Quanto aos(à) autores(a) deste artigo, conheçamos um pouco acerca do currículo de cada um(a). Muito do que compõe a formação ou a experiência de um(a) autor(a) contribui para a reflexão temática dos temas aos quais se propõe a escrever. Conheçamos, então, um pouco sobre os(a) autores(a).

O primeiro autor deste artigo é Danilo da Costa. Graduado em Geografia pela Universidade Anhanguera; especialista em Direito Constitucional e Processo Constitucional, Direito do Trabalho e Processo Trabalhista e Direito Administrativo;

¹ Resenha de aproveitamento da disciplina TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), do curso *Bacharelado em Administração Pública*, do Centro Universitário Processus – UniProcessus, sob a orientação dos professores Jonas Rodrigo Gonçalves e Danilo da Costa. A revisão linguística foi realizada por Isabella Silva Queiroz da Cunha.

² Graduando em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

e mestrando em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9522717317530051>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1849-4945>.

O segundo autor deste artigo é Jonas Rodrigo Gonçalves. Graduado em Letras (Português/Inglês) e em Sociologia pela Universidade Paulista; e em Filosofia pela Universidade Católica de Brasília; mestre em Ciência Política (Direitos Humanos, Cidadania e Violência) pelo Centro Universitário Euroamericano/DF; especialista em Letras (Revisão de Texto), em Educação e em Direito (Constitucional, Administrativo e Trabalhista); e doutor em Psicologia (Cultura Contemporânea e Relações Humanas) pela Universidade Católica de Brasília. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6904924103696696>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4106-8071>.

A terceira autora deste artigo é Nayara Rodrigues Lima. Graduada em Direito pela Faculdade Processus; e pós-graduanda em Direito Tributário. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3210684356486341>.

Este artigo é dividido nos seguintes capítulos: resumo; palavras-chave; *abstract*; *keywords*; resumen; palabras clave; 1 Introdução, 2 Limites e possibilidades para a implantação do imposto sobre grandes fortunas no Brasil; 3 Considerações finais; e referências.

Este artigo analisa os prós e os contras da implantação do Imposto sobre Grandes Fortunas no Brasil, levando em consideração seu possível impacto negativo na economia e na ordem tributária. O objetivo é discutir os limites e as possibilidades dessa implantação, apresentando o processo desde a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), seus efeitos econômicos e sua relação com a Reforma Tributária. Trata-se de uma pesquisa qualitativa teórica de seis meses com relevância para operadores do Direito e para a sociedade.

O tema deste artigo é “Limites e possibilidades para a implantação do imposto sobre grandes fortunas no Brasil”. Foi discutido o seguinte problema “Quais são as vantagens e as desvantagens da implantação do Imposto sobre Grandes Fortunas no Brasil?”. O artigo partiu da seguinte hipótese: “a efetivação desse imposto pode gerar dificuldades e malefícios à ordem economia-tributária brasileira”.

Neste artigo, o objetivo geral foi “discutir os limites e as possibilidades para a implantação do Imposto sobre Grandes Fortunas no Brasil”. Os objetivos específicos foram: “apresentar todo o processo de tentativa de efetivar tal tributo desde a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), descrever seus possíveis efeitos sobre o desenvolvimento econômico do país e situá-lo no contexto da Reforma Tributária”.

A temática da pesquisa contou com a seguinte justificativa: “este trabalho é importante para um operador do Direito devido a ser um tema constantemente debatido e pela sua complexidade; para a ciência, é relevante por apresentar o processo legal que envolve o tema agrega à sociedade pelo fato de se tratar de um tributo que afeta a sociedade”.

A metodologia utilizada para a construção da pesquisa utilizada no artigo aqui analisado foi uma pesquisa qualitativa, na qual os autores trataram os dados obtidos por meio da pesquisa bibliográfica, considerando os aspectos relevantes levantados pelos seus respectivos autores. Apresenta-se, assim, uma Revisão de Literatura, na qual será realizada uma consulta a livros, dissertações e por artigos científicos selecionados, por meio de busca nos seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Digital de Teses e

Dissertações, Google Acadêmico e Portal de Periódicos (CAPES/MEC), utilizando-se para a busca as seguintes palavras-chave: “Imposto sobre Grandes Fortunas”; “Imposto sobre Grandes Fortunas no Brasil”; e “Implantação do Imposto sobre Grandes Fortunas no Brasil”.

Por não ser subdividido em capítulos, foi feita uma divisão temática do artigo em cinco partes, sendo: 1. Desafios e oportunidades da implantação do imposto sobre grandes fortunas no Brasil; 2. Dificuldades em definir o conceito de "grande fortuna" e estabelecer alíquotas apropriadas para tributação; 3. Criação do IGF e os Projetos de Lei Complementar; 4. Possibilidade de gerar receitas significativas para o governo e promover uma distribuição mais equitativa da riqueza; e 5. Importância de um debate aprofundado e de uma análise dos potenciais impactos econômicos e sociais antes de implementar o imposto sobre grandes fortunas no Brasil.

Os autores, de maneira precisa, discutem os desafios da implantação do imposto sobre grandes fortunas no Brasil, incluindo a definição de critérios claros para identificar grandes fortunas, evitar evasão fiscal e fuga de capitais, e a necessidade de monitoramento e controle eficientes. Eles também destacam as oportunidades, como aumento da arrecadação fiscal, redução das desigualdades sociais e equidade no sistema tributário. Essa análise permite uma reflexão informada sobre a viabilidade e impactos do imposto no Brasil.

A definição de grande fortuna e estabelecimento de alíquotas apropriadas enfrentam dificuldades. Os autores identificam a falta de uma definição precisa na Constituição Federal, tornando difícil caracterizar e quantificar o termo devido à sua variação socioeconômica e subjetiva. Critérios claros são necessários para uma aplicação justa do imposto. Além disso, equilibrar a arrecadação fiscal e evitar impactos negativos no investimento e atividade econômica é crucial ao estabelecer as alíquotas. Implicações econômicas e sociais devem ser analisadas cuidadosamente, considerando o impacto no investimento e desenvolvimento econômico do país.

Dessa forma, a criação do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) no Brasil é um assunto que desperta bastante debate e discussão. Com o objetivo de promover uma maior justiça fiscal e uma distribuição mais equitativa da riqueza, o IGF foi criado como tributo que incide sobre o patrimônio das pessoas físicas que possuem fortunas elevadas. Costa, Gonçalves e Lima mencionam a legislação relevante, o Código Tributário Nacional, criado em 1966, pela Lei 5.172 (BRASIL, 1966), e a Carta Magna, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), e destacam o processo democrático que levou à aprovação do imposto.

Além disso, os autores mencionam, de maneira relevante, os Projetos de Lei Complementar (relacionados à criação do IGF). O Projeto de Lei Complementar 162, de 10 de outubro de 1989, e de autoria de Fernando Henrique Cardoso, passou por um longo processo de tramitação até ser concluído em 2000 (BRASIL, 1989). Após isso, surgiram novos projetos, incluindo o Projeto de Lei Complementar 277, de 2008, apresentado por Luciana Genro, Chico Alencar e Ivan Valente, que buscava corrigir falhas do projeto anterior, como a dedução do imposto de renda do valor pago pelo IGF e a falta de progressividade (BRASIL, 2008a). O Projeto de Lei Complementar 277/2008 ainda está em tramitação na Câmara dos Deputados. Além disso, o Projeto de Lei Complementar 128, de 2008, proposto por Paulo Paim, foi rejeitado e arquivado devido à baixa arrecadação e às complexidades administrativas (BRASIL, 2008b).

De acordo com o artigo, a criação do IGF pode oferecer a possibilidade de gerar receitas significativas para o governo e promover uma distribuição mais equitativa da riqueza no país, ou seja, isso permitiria que as fortunas mais expressivas fossem submetidas a uma tributação proporcionalmente mais elevada, promovendo, assim, uma maior equidade no sistema tributário brasileiro.

Por fim, os autores ressaltam a importância de um debate aprofundado e de uma análise cuidadosa dos potenciais impactos econômicos e sociais antes de implementar o imposto sobre grandes fortunas. Eles destacam a necessidade da discussão aprofundada para definir os critérios das grandes fortunas e estabelecer alíquotas apropriadas, levando em conta tanto a arrecadação fiscal como a não desestimulação do investimento e da atividade econômica. Em suma, um debate aprofundado e uma análise criteriosa são necessários para uma decisão informada sobre a implantação do imposto sobre grandes fortunas no Brasil, assegurando uma abordagem equilibrada que leve em consideração tanto os benefícios potenciais como os desafios envolvidos nessa iniciativa.

Portanto, os resultados da pesquisa do artigo mostram que a implantação do IGF no Brasil enfrenta desafios por falta de definição dos elementos orientadores, dificultando sua aplicação, já que esse imposto tem características únicas. Ao analisar as vantagens e as desvantagens, os autores identificaram aspectos positivos, como a geração de receitas significativas para o governo e a promoção de uma distribuição mais equitativa da riqueza. No entanto, também foram mencionadas desvantagens, como a necessidade de critérios claros para determinar o que é considerado uma grande fortuna e a definição de alíquotas adequadas que não desestimulem o investimento e a atividade econômica.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 26 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.172**, de 25 de outubro de 1966. Código Tributário Nacional (CTN). Brasília: Congresso Nacional, 1966.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Complementar nº 162, de 10 de outubro de 1989**. Dispõe sobre a regulamentação do Sistema Financeiro Nacional, cria a Comissão Mista Permanente para Assuntos Econômicos e Financeiros do Congresso Nacional, extingue o Conselho Monetário Nacional, estatui competência para condução da política econômica e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 1989. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=234135>>. Acesso em: 26 maio 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Complementar nº 277, de 2008**. Regulamenta o inciso VII do artigo 153 da Constituição Federal (Imposto sobre Grandes Fortunas). Brasília: Câmara dos Deputados, 2008a. Disponível

em: <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/388149>>. Acesso em: 26 maio 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2008**. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências (altera o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte). Brasília: Câmara dos Deputados, 2008b. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/87005>>. Acesso em: 26 maio 2023.

COSTA, Danilo; GONÇALVES, Jonas Rodrigo; LIMA, Nayara Rodrigues. Limites e possibilidades para a implantação do imposto sobre grandes fortunas no Brasil. **Interfaces Científicas**. Vol. 9, n. 1, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/direito/article/view/10168/5179>>. Acesso em: 25 maio 2023.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 25 maio 2023.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 29–55, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319105. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>>. Acesso em: 25 maio 2023.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 01–28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>>. Acesso em: 25 maio 2023.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811. Disponível em: <<http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>>. Acesso em: 25 maio 2023.